

Nilton Pereira dos Santos**

Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, Minas Gerais, Brasil

TESSARI, Claudia Alessandra. **Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)**. Alameda, São Paulo, 2012.

Fruto da pesquisa de doutorado da autora, a obra “**Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)**”, estuda, como o próprio título sugere, o mercado de trabalho agrícola paulista na virada do século XIX para o século XX.

Dividido em 5 capítulos, o livro representa uma importante contribuição às pesquisas sobre o mercado de trabalho rural no período indicado, especialmente por apontar a importância dos trabalhadores livres nacionais, fato negligenciado por parte considerável da historiografia sobre mercado de trabalho no século XIX e XX, que sempre tratou este grupo específico como “*marginal*” ou “*residual*”.

No primeiro capítulo, intitulado “**O trabalhador nacional e as mudanças**”, Tessari apresenta uma revisão historiográfica sobre o tema em tela, e indica que, apesar dos principais autores que trataram do mercado de trabalho no período indicado terem considerado o trabalhador nacional como um elemento de menor importância, justificando o fato com

* Submetido: 28 de junho de 2013; aceito: 29 de julho de 2013.

** Mestre em História Econômica, FFLCH USP, e-mail: nilton.pereira@usp.br

explicações que vão desde uma suposta opção pelo “*não-trabalho*” e “*indolência*”, até justificativas pautadas no *elevado custo de transporte* destes trabalhadores de uma região para outra, há dados empíricos que demonstram a relevância desse tipo de mão-de-obra para a economia da época.

Além disso, Tessari alerta para a necessidade de que esses homens e mulheres sejam estudados levando-se em consideração o meio em que viviam, tipicamente rural, e que, portanto, não deve ser analisado com as mesmas ferramentas que são utilizadas na observação dos trabalhadores urbanos, em que a rotina de trabalho é ditada pela perenidade e funciona sob o ritmo do relógio.

É sempre importante lembrar que, tal como afirmou Maurice Godelier¹, os valores adotados por indivíduos em determinadas sociedades estão fundamentados nas estruturas que ditam o funcionamento dessas mesmas sociedades. No caso dos trabalhadores do meio rural paulista, por exemplo, o ritmo de trabalho estaria ligado, intrinsecamente, aos ciclos naturais, não sendo possível compará-lo ao labor urbano. E, como aponta a autora, essa peculiaridade ditava os períodos de trabalho intenso ou moderado, de não-trabalho e até mesmo de dispensa de mão-de-obra.

É justamente tal peculiaridade o tema central do segundo capítulo, intitulado “**As exigências sazonais de mão de obra na agricultura paulista**”. A autora relaciona, inicialmente, o trabalho do campo a dois grandes ciclos naturais do calendário agrícola do período: a estação de seca e a de chuvas.

A primeira, que coincidia com o período de temperaturas mais baixas, iniciava-se em abril e terminava em setembro. Nela, estava concentrada a maior parte das atividades com alta demanda de mão de obra, como a colheita, o beneficiamento e transporte dos produtos agrícolas, além do preparo da terra para novo plantio.

O período que ia de outubro até março era a estação das chuvas, época em que a oferta de trabalho diminuía. Nessa fase, o trabalho agrícola ficava reduzido ao corte do mato que nascia nas plantações e aos eventuais replantes de mudas, caso fosse necessário.

Tessari relaciona a sazonalidade dos ciclos naturais ao mercado de trabalho agrícola, mostrando como a especificidade da faina agrícola

¹ GODELIER, M. **Racionalidad y irracionalidad en la Economía**. México: Siglo XXI, 1967.

moldava a demanda por mão-de-obra e, sem cair na armadilha do determinismo, aponta para outro aspecto primordial à compreensão deste mercado: sua incerteza, ditada pela inconstância das colheitas e dos fenômenos climáticos. Ao final do capítulo, a autora lembra que a bibliografia especializada sempre enxergou o trabalhador temporário nacional do período como “marginal”, sob a hipótese de que a regra era o labor permanente. Contudo, as evidências apontadas pela autora mostram que o trabalho irregular era a regra na agricultura, não a exceção.

A constatação de que o labor agrícola era irregular por natureza é a antessala do terceiro capítulo que, sob o título “**Nem escasso, nem vadio, nem instável. Apenas temporário**”, esmiúça as peculiaridades do trabalho na agricultura no período.

Neste capítulo, a autora aborda uma questão central ao mercado de trabalho agrícola em São Paulo no final do século XIX: a propalada “falta de braços para a lavoura”. De modo mais específico, analisa como é possível a existência de um mercado onde coexistiria, de modo paradoxal, uma suposta carência na oferta de mão de obra com uma grande quantidade de trabalhadores vadios e indolentes.

Para esclarecer a questão, Tessari aponta, novamente, para a sazonalidade da faina agrícola, especialmente em regiões especializadas e monocultoras, para explicar que em momentos específicos, como a colheita – que era uma atividade de trabalho intensiva –, haveria sim, certa carência de trabalhadores que pudessem ser facilmente arrematados para o labor intenso. Porém, passada a fase de pico, essa mão de obra adicional ficaria excedente e sem trabalho, especialmente quando não possuíssem propriedades em que pudessem se dedicar a pequenos serviços em benefício próprio, ou então outras culturas e atividades para empregar sua força de trabalho. Como demonstra a autora, a classificação desses homens como “vadios” era relativamente comum, embora ficassem sem trabalhar não por opção, mas pela própria estrutura do sistema produtivo altamente sazonal em sua demanda por trabalho.

Embora a alcunha de indolente fosse dedicada ao elemento nacional, Tessari afirma que mesmo os imigrantes também sofriam com a sazonalidade na lavoura, que contribuía para que mudassem constantemente de propriedades ao final dos contratos e, em média, permanecessem curtos períodos em um mesmo emprego. Assim, a autora conclui que a sazonalidade não seria atributo de um tipo específico de traba-

lhador, mas típica do mercado de trabalho em uma economia agrícola pré-capitalista.

O estudo detalhado das várias formas de trabalho temporário existentes na economia paulista do período está presente no quarto capítulo, cujo título é “**A permanência do trabalho temporário**”. Aqui, a autora analisa as peculiaridades dos diversos tipos de trabalhadores não fixos existentes à época: camaradas, apanhadores de café, trabalhadores por turma, entre outros.

Tessari indica que tais modalidades laborais foram adotadas simultaneamente ao colonato, permitindo à economia agrícola melhor adequação, do ponto de vista capitalista, à flexibilidade intrínseca da faina no campo, não havendo contradição entre ambas. Eram modalidades complementares e mais adequadas à economia agrícola capitalista nascente quando comparadas à escravidão.

Se no regime escravista não era possível flexibilizar a demanda por trabalhadores frente ao nível de produção sempre que necessário – o que forçava o fazendeiro a manter um contingente de escravos elevado –, tendo em vista os momentos de pico de mão de obra, a associação entre trabalhadores fixos (colonato) e temporários mostrou-se uma engenhosa e eficiente solução que, embora não solucionasse totalmente o problema (uma vez que ainda corria-se o risco de falta de braços em momentos de pico de demanda por trabalhadores), mostrou-se adequada a uma economia em transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado. Tais características abririam caminho para a flexibilização dos custos na grande empresa agrícola que se formava no início do século XX.

Por fim, no quinto capítulo, “**Precisa-se de braços fixos ou nômades para as colheitas**”, é estudado o esgotamento do modelo baseado no colonato e na mão de obra sazonal, especialmente frente à crise cafeeira decorrente, em especial, da queda do preço do café no mercado externo e da consequente redução de lucratividade na empresa agrícola paulista.

Conforme demonstra Tessari, a crise tornou ainda mais relevante a necessidade de a cafeicultura reduzir seus custos. Imaginou-se, então, que tal objetivo poderia ser atingido com a mecanização de parte do trabalho e a flexibilização da mão de obra, por meio da criação de núcleos coloniais.

A mecanização, afirma a autora, incidia sobre a etapa do trabalho em que era maciça a presença de trabalhadores permanentes – o trato –, mas não resolvia o problema da mão de obra sazonal, que estava concentrada na colheita, cuja mecanização não era possível à época.

Tessari afirma ainda que, ao contrário do que imaginavam seus idealizadores, os núcleos coloniais não atingiram o êxito almejado, principalmente em virtude de sua própria concepção que, ao ofertar um lote de terra ao colono, dava-lhe também a chance de optar por trabalhar, ou não, na lavoura cafeeira na época em que fosse requisitado. Muitos optariam ainda por trabalhar em suas próprias terras, agravando os problemas de recrutamento de braços para a lavoura nos momentos de maior demanda por trabalhadores.

A autora finaliza sua obra indicando que a flexibilização do trabalho só seria atingida em meados do século XX, com a forte migração interna, invertendo a lógica da grande lavoura paulista que passaria a contar com mais trabalhadores temporários que fixos.

Mesmo não sendo o objetivo central do trabalho da autora, sente-se a falta de uma análise mais pormenorizada em relação ao processo de mecanização adotado na agricultura paulista no período, como o tipo de máquinas adotadas e a redução de custos que as mesmas permitiam às grandes propriedades.

Interessante seria uma análise do nível tecnológico existente na indústria de equipamento agrícola à época, já que isso possibilitaria a melhor compreensão das dificuldades encontradas para a mecanização da etapa de colheita. Sabe-se, por exemplo, que no período em questão havia razoável oferta de maquinário agrícola voltado à cafeicultura, inclusive com a presença de máquinas importadas trazidas da Europa e Estados Unidos por casas especializadas.

Seria possível, por exemplo, saber se tais dificuldades eram decorrentes da inexistência de colheitadeiras aperfeiçoadas para as especificidades do café, ou do elevado custo desse maquinário, tornando proibitiva sua adoção mesmo diante dos possíveis benefícios na redução do dispêndio com mão de obra na empresa agrícola.

Além disso, sabe-se também que, no caso da cafeicultura do Vale do Paraíba, a adoção de maquinário mostrou-se ineficiente para a melhoria da produtividade, tanto pelo esgotamento da terra e técnicas rotineiras de cultivo e manejo dos cafezais como pela topografia da região,

que inviabilizava o uso de máquinas na lavoura. A mesma associação entre a dificuldade de adotar maquinário e a topografia talvez não seja inteiramente válida para a região do chamado “Oeste Paulista”, caracterizada por áreas de planalto.

A obra de Tessari traz importante e original contribuição à historiografia econômica sobre a agricultura paulista no século XIX e início do XX, em especial ao ressaltar a importância do trabalhador nacional livre neste período e ao contextualizar as várias alternativas buscadas para o problema da mão de obra. Como defende a autora, o mercado de trabalho do período apenas pode ser compreendido como intrinsecamente ligado às características da faina agrícola – que prima pela inconstância, ditada pela sazonalidade típica de umasorte de trabalho altamente dependente de fatores climáticos, como é a agricultura.